

DOSSIÊ DA UFAL¹



PAUTA LOCAL

Julho de 2012

¹ Este material será apreciado pela assembleia do dia 11 de julho, quando será aprovada sua versão final, após a apresentação, pela Comissão, das propostas incorporadas, que estão grifadas em amarelo neste documento.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
ENSINO	9
Justificativas para as demandas/problemas de ensino	10
PESQUISA	13
Justificativas para as demandas/problemas da pesquisa	14
EXTENSÃO	19
Justificativas para as demandas/problemas da extensão	19
GESTÃO	20
Infraestrutura	20
Contratação e gestão de pessoal	20
Assistência estudantil	21
Segurança	21
Gestão democrática.....	22
Financeiro	22
Justificativas para as demandas/problemas da gestão	23
CAMPUS ARAPIRACA	24
Reivindicação específica do Campus Arapiraca: desativação do presídio que fica dentro do campus da UFAL	24
ANEXO 1: PAUTA LOCAL – CAMPUS ARAPIRACA	
ANEXO 2: PAUTA LOCAL – UNIDADE DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS	
ANEXO 3: DOSSIÊ DOS PROBLEMAS VIVENCIADOS PELA UNIDADE ACADÊMICA DE SANTANA DO IPANEMA	
ANEXO 4: PAUTA LOCAL DE REIVINDICAÇÕES – CAMPUS DO SERTÃO/SEDE DELMIRO GOUVEIA	
ANEXO 5: DIFICULDADES COM AUXÍLIO-TRANSPORTE / RELATÓRIO FINAL	

ANEXO 6: DOCUMENTO AO DIRETOR DO HU DO FÓRUM ALAGOANO EM DEFESA DO SUS E CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A concretização do ensino superior público no país, cujo primeiro momento expansionista ocorreu nos anos 1970, sob a égide dos governos ditatoriais, foi resultado das pressões populares advindas de segmentos organizados da sociedade brasileira, protagonizadas, especialmente, por estudantes universitários e secundaristas. Da mesma forma, a expansão do ensino superior público federal, que vem sendo capitaneada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), tem suas origens nos movimentos populares dos anos de reabertura democrática – em especial aqueles liderados pelas representações dos profissionais da educação –, quando se intensificaram as lutas por uma educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade, em todos os níveis. Tanto outrora como agora, as demandas populares ou foram desconsideradas ou foram interpretadas e traduzidas segundo as diretrizes econômicas e os interesses políticos dos governos de então.

Em função desse reducionismo histórico, a direção, o conteúdo e a forma da expansão do ensino superior público federal, nos últimos anos, têm gerado e agravado muitos problemas. Na UFAL, por exemplo, pode-se destacar o fato de que a universidade, entre 2005 e 2010, expandiu suas matrículas em 129%, enquanto a contratação de professores e de técnicos não acompanhou aquele movimento, tendo crescido apenas 33% e 5,5%², respectivamente.

Em todo o país, os problemas da expansão vêm se tornando ainda mais graves com a desvalorização salarial de professores e de técnicos e com o aprofundamento das precárias condições acadêmicas de trabalho. Estas, somadas aos problemas infraestruturais – desde a construção de novos campi, até pequenas reformas – têm dificultado aos estudantes a permanência nas universidades com a dignidade que merecem e comprometido, em grande medida, a conclusão de seus cursos com o mínimo de qualidade.

² Índices aproximados, considerando-se informações numéricas disponíveis nos relatórios gerenciais da UFAL.

Esse quadro resultou no fato de que “Temos uma greve de todos os setores da educação federal, que mobiliza professores, estudantes e servidores técnico-administrativos de mais de 90% das universidades e institutos federais do país” (ANDES, 2012)³.

Diante desse quadro, os professores das universidades públicas federais têm se organizado em torno de suas associações docentes e de outras representações institucionais para encaminharem lutas nacionais e locais, visando ao enfrentamento dos sérios problemas gerados pela política de ensino superior público das últimas décadas. A iniciativa da UFAL, substanciada neste documento, integra esse movimento nacional que assume formas locais, com pautas específicas de problemas e de demandas da comunidade acadêmica, a exemplo do que já vem ocorrendo na UFES, URG, UTFPR, UNIPAMPA, UFPA, UFPI, UFRRJ, UFSM, além de outras.

A partir da deflagração da greve dos docentes das IFES no dia 17 de maio, em caráter nacional, que conta com 57 universidades⁴ aderentes, foi instalada a assembleia permanente da greve em âmbito local. Estão sendo realizadas assembleias sistemáticas, no mínimo uma vez por semana, durante as quais se faz a avaliação política do movimento e se discute a pauta local e a pauta nacional. Esta última, estruturada pelo Andes-SN, destacamos, fundamentalmente, dos seguintes pontos: estruturação de um plano de carreira único para a categoria e valorização e melhoria das condições de trabalho dos docentes nas universidades. Neste processo, o Andes-SN destaca a necessidade do atendimento das reivindicações específicas de cada instituição, a partir das pautas elaboradas localmente, entendendo que as problemáticas mais gerais que atingem a universidade pública brasileira se expressam localmente com diferentes características.

Essa orientação do ANDES-SN encontra convergência com o posicionamento dos técnicos, que também estão em greve desde 14 de junho, e dos estudantes, que já declararam apoio aos movimentos. Os três segmentos

³ Comunicado Especial do CNG/Andes-SN, de 24 a 30 de junho de 2012.

⁴ Além destas, estão também em greve 2 centros tecnológicos, 33 institutos federais e o Colégio Pedro II. Informações disponíveis em: <www.andes.org.br:8080/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=5468>, no dia 6 de julho de 2012.

vêm discutindo, desde 2011, em diferentes ocasiões, a necessidade de constituição de uma pauta local e unificada de reivindicações.

Além da pauta nacional, os docentes da UFAL das diferentes unidades e campi vêm apresentando, discutindo e refletindo nas assembleias as suas pautas locais, que começaram a ser construídas em plenárias locais durante o ano de 2011, quando as problemáticas específicas das unidades e dos campi passaram a se acirrar. A demanda de constituição de uma pauta local, portanto, vem sendo amadurecida e consolidada durante o período da greve, e vem ganhando características singulares a partir de como estão se estruturando as respostas institucionais dadas às problemáticas locais.

Considerando-se o momento vivido pela comunidade acadêmica, e como um todo, pela sociedade brasileira, os problemas experimentados pelos *campi* da Universidade Federal de Alagoas são **públicos e notórios.**

A interiorização/expansão da universidade não foi precedida de um debate amplo dentro da UFAL e nem com outros setores da sociedade alagoana. Passados cinco anos, não aconteceu também nenhum balanço da experiência. Na própria universidade o modelo de interiorização/expansão vive contestações.

No decorrer do processo de expansão desta universidade, verificaram-se problemas graves de diversas ordens, atingindo as instâncias de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Devido a isso, muitas foram as discussões/mobilizações para reivindicar direitos, antes mesmo de haver o planejamento e a execução da expansão, ou seja, desde a própria discussão da implantação do REUNI, os problemas existentes naquela ocasião e os que seriam gerados pelo teor da expansão proposta já eram objeto de preocupação e de denúncia. Temos, como exemplos, paralisações de atividades acadêmicas em Palmeira dos Índios, por melhores condições estruturais; em Arapiraca, por melhoria nas condições de segurança pública; em Viçosa, pela implantação de equipamentos básicos de laboratórios; em Penedo, por descaso da reitoria com os investimentos necessários para o desenvolvimento da unidade; em Delmiro Gouveia, que reivindicou a conclusão das obras do campus. A paralisação de uma semana dos docentes, em agosto de 2011, como forma de protesto frente ao acordo feito com o governo (ainda não cumprido), ensejou o

amadurecimento da necessidade de construção de uma pauta local unificada, congregando problemas e reivindicações.

Nesse sentido, é de extrema pertinência que a atual gestão superior da universidade traga para a comunidade acadêmica em greve o seu posicionamento diante das instâncias superiores à reitoria que determinam as políticas de expansão nesta universidade. Precisamos compreender como a reitoria tem reivindicado ao MEC, ao MPOG e a outras instâncias, a abertura de novas vagas para concursos de técnicos e de professores e a busca de outras soluções para o enfrentamento da precarização do trabalho de docentes e de técnicos em nossa universidade.

Para além da forma como a reitoria tem tratado nossos entraves diante dessas instâncias superiores, é de extrema importância e necessidade que a reitoria se posicione diante da comunidade acadêmica sobre a forma como pretende enfrentar tais instâncias ao contemplar o bojo das reivindicações sistematizadas durante o movimento paredista. Nossa pauta local necessita da devida escuta e atenção por parte da gestão superior, e aguardamos a análise e os encaminhamentos urgentes e necessários demandados por toda a comunidade acadêmica mobilizada, independentemente do desfecho da greve nacionalmente.

Como estratégia coletiva de tratamento das questões que vêm dificultando o desempenho da UFAL à altura do merecimento da população alagoana, propomos a instituição de uma mesa permanente de negociação, com representação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (professores, técnicos, estudantes), e que preveja: uma agenda de encontros públicos; um acompanhamento sistemático do processo de negociação, com definição de prazos finais e de metas para a solução dos problemas e demandas e, por fim, uma dinâmica de avaliação do processo de negociação e dos encaminhamentos definidos coletivamente.

Diante do compromisso político publicamente assumido pela atual gestão superior da UFAL, por ocasião da campanha política para a Reitoria, em 2011, esperamos que a “gestão ainda mais democrática” se efetive e que tenham validade os princípios de “administração com experiência, transparência, seriedade e diálogo” e de “consideração das sugestões e

incorporação das críticas construtivas para o aperfeiçoamento das ações e multiplicação dos seus resultados positivos”⁵.

Para subsidiar e orientar as negociações, segue a pauta local, com as problemáticas e demandas prioritárias, que poderão ser acrescidas de outras, dependendo do andamento dos encontros e dos desdobramentos dos encaminhamentos que serão definidos.

⁵ Informações extraídas do Informativo UFAL Conhecimento que Transforma, maio/jun. 2011.

ENSINO

- Garantia de ampla discussão com a comunidade acadêmica e de realização de estudos prévios à abertura e à expansão de vagas e de cursos, tendo como princípio a garantia da oferta pública e gratuita de todo e qualquer curso da UFAL.
- Redistribuição da carga horária docente, considerando as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, além das especificidades dos cursos, na direção da valorização e da melhoria das condições do trabalho docente, aspectos não contemplados pela minuta em discussão na UFAL que trata do tema.
- Contratação de mais professores, priorizando vagas de 40 horas, com dedicação exclusiva, exceto em casos específicos e pontuais, considerando as especificidades dos cursos.
- Redefinição da carga horária de ensino, pesquisa, extensão e gestão, considerando o mínimo de 8 horas aula semanais e o máximo de 12 horas aula semanais, computando-se as atividades de ensino realizadas na graduação e na pós-graduação; do número máximo de alunos por turma, considerando-se as especificidades dos cursos e garantindo condições de trabalho compatíveis com a capacidade humana e a saúde do professor; de ementas por professor; de orientações de trabalhos de conclusão de curso, de estágio, de dissertações e de teses;
- Abertura de debate e de um processo de avaliação da estrutura curricular dos cursos, especialmente os cursos do interior, os quais são integrados pelos troncos inicial, intermediário e profissionalizante, ocasionando sobrecarga de atividades de ensino para os docentes, desmantelamento dos projetos pedagógicos e ausência de isonomia na formação de alunos de cursos de campi diferentes.
- Revisão da política de monitoria, com previsão de ampliação de bolsas, em substituição às bolsas permanência, garantindo o caráter de aprendizagem que deve caracterizar esta prática acadêmica.

- Instituição de um processo de avaliação e de discussão da oferta de cursos a distância, na direção da garantia da qualidade e de condições de ensino e de trabalho.

Justificativas para as demandas/problemas de ensino:

A ampliação de vagas para novos estudantes não significou o aumento de vagas de professores e técnicos na mesma proporção. A implantação do REUNI não tem garantido os recursos humanos necessários para a propagação da ampliação de números de vagas nas universidades. À medida que se amplia o acesso, amplia-se a demanda de trabalho dos poucos professores e técnicos.

Diante do quadro atual temos duas necessidades de encaminhamentos. A primeira trata da redistribuição da carga horária docente, como forma de equilibrar a atuação docente nos quatro âmbitos da universidade. Em função de severas distorções ocasionadas pela sobrecarga horária de atividades de ensino, em detrimento das demais, há casos que incluem, por exemplo: destinação de cerca de 80% da carga horária às atividades em sala de aula; responsabilidade sobre diversas ementas (de três a cinco) para diferentes turmas; excessivo número de turmas sob a responsabilidade de um mesmo professor; disciplinas e turmas em diferentes campi; excessivo número de alunos por turma, de orientações de estágio e de trabalhos de conclusão de curso, de dissertações e teses; etc. Nessa direção, reafirma-se a necessidade de redefinição de diferentes aspectos como, por exemplo, a instituição do mínimo de 8 horas aula semanais e o máximo de 12 horas aula semanais. É sabido que na UFAL existem normatizações referentes à carga horária docente, como a resolução nº 22/1984 CEPE, que regulamenta a fixação de carga didática semanal média dos docentes da UFAL e dá outras providências, e está em curso a proposição de uma minuta de resolução que regulamenta os critérios para distribuição de carga horária docente na UFAL, proposta pela reitoria. A primeira deve ser revogada, visto que não contempla a atual realidade acadêmica e a atual organização administrativa da UFAL; a segunda deve ser retirada como proposta, visto seu teor produtivista e discriminatório, uma vez que tem por base o sistema de pontuação, ao invés de tempo efetivo de trabalho.

Como forma de eliminar tais distorções, a segunda necessidade se configura na contratação de mais professores, sob o regime de dedicação exclusiva. As contratações que têm se efetivado ultimamente muitas vezes vêm carregadas de atribuições

incoerentes, por exemplo: um único professor para lidar com duas ou mais subáreas de conhecimento distintas; docente contratado para atuar em diversas unidades em diferentes municípios, sem que isso tenha sido previsto em edital.

Portanto, é de extrema urgência a busca da retomada dos concursos públicos para novas vagas de professores e de técnicos, de modo a suprir efetivamente as necessidades provocadas pela expansão de vagas e de cursos, sem implicar em sobrecarga de trabalho. A contratação de professores efetivos é de extrema importância para a consolidação dos cursos existentes, com a efetiva qualidade da formação universitária. Diante disso, repudia-se a política de contratação de professores temporários, que não resguarda os mesmos direitos trabalhistas, e nem sempre as vagas são preenchidas, sobretudo nos campi do interior, onde a distância dos grandes centros é um dos fatores de impedimento para uma atuação não continuada desses docentes temporários.

Além da necessidade de contratação de mais professores e técnicos, diante das demandas já citadas, também é de extrema importância a revisão da estrutura curricular dos cursos, pois a mesma tem demandado limitações de atuação e contratações dos professores. Como exemplificado anteriormente, busca-se o aproveitamento de uma única vaga docente para atuação em áreas distintas, o que raramente corresponde à formação específica do professor. Tal prática resulta na dificuldade de contratação do mesmo e, quando esta ocorre, na precarização do trabalho docente.

No caso dos projetos pedagógicos dos cursos, há necessidade de avaliações constantes para correção de inadequações e distorções, em especial nos cursos de licenciatura – cujos projetos revistos há poucos anos vêm formando suas primeiras turmas – e nos cursos dos campi do interior, também recentes. Além disso, a existência de projetos pedagógicos distintos para um mesmo tipo de curso, ofertado em campi diferentes, cria diferenças de atuação docente para professores que exercem as mesmas funções pedagógicas.

No que tange aos campi do interior, o discurso da mobilidade estudantil e a proposta de equidade na formação básica do estudante universitário ainda não têm garantia de efetivação quando se propõe a divisão por troncos inicial, intermediário e profissionalizante. A experiência da implantação do projeto de interiorização, sob um projeto pedagógico muitas vezes bastante diferenciado do campus da capital, necessita de discussão e encaminhamentos efetivos.

Quanto à monitoria, esta deve ser ampliada em termos de bolsas, em substituição às bolsas permanência, concomitantemente à contratação de mais técnicos, e deve ter garantido o seu caráter de aprendizagem, deixando de suplementar a carência e/ou a sobrecarga de atividades de docentes.

PESQUISA

- Definição de uma política institucional de fomento à pesquisa que seja equiparada entre as áreas, que contemple equitativamente todos os campi da UFAL (Maceió, Arapiraca e Sertão) e que aperfeiçoe o desenvolvimento de projetos institucionais financiados por agências de fomento.
- Definição de uma política de qualificação dos servidores da UFAL (docentes e técnicos), estimulando e garantindo a frequência e a conclusão de cursos de mestrado, de doutorado e de pós-doutorado, por meio de afastamentos (totais e parciais), de contratação de servidores substitutos, **de garantia dos direitos adquiridos por docentes e técnicos (como o pagamento de férias, por exemplo)** e **de bolsas** e/ou ajuda de custo para as viagens, quando necessárias.
- Atendimento das necessidades infraestruturais e acadêmicas de programas de pós-graduação, de modo a garantir a qualidade dos programas em processo de consolidação e o aprimoramento dos programas já consolidados.
- Fomento à criação de novos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e de doutorado), por meio da promoção de condições para a elaboração e submissão de projetos à CAPES.
- Redefinição de pré-requisitos para o desenvolvimento da pesquisa, estimulando a participação de mestres e de doutores como coordenadores e/ou colaboradores de projetos e a participação de técnicos **e de alunos.**
- Ampliação de bolsas de iniciação científica, de mestrado e de doutorado, a partir da rediscussão do orçamento da UFAL e do estreitamento de relações com as agências de fomento nacionais e estadual.
- Garantia de condições mínimas de funcionamento de grupos e núcleos de pesquisa (espaço físico, computador, impressora, material, internet, telefonia, por exemplo).

Justificativas para as demandas/problemas da pesquisa:

A pesquisa na UFAL ainda necessita de aprimoramento, por meio de ações de fomento à pesquisa, de financiamento de ações dessa natureza (bolsas e apoio à execução de projetos) e de criação de condições administrativas e financeiras para a qualificação constante de docentes e de técnicos em cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrados, doutorados e pós-doutorados).

A maneira como a pesquisa é encarada na UFAL aprofunda cisões geográficas – visto que os docentes, os técnicos e os alunos dos campi do interior enfrentam dificuldades de diversas ordens para a execução e participação nessa atividade – e cisões entre docentes, uma vez que a pesquisa é institucionalmente entendida como exclusiva de doutores, de modo que a participação de mestres em projetos de pesquisa (como coordenadores e/ou colaboradores) é desconsiderada, como se fosse uma atividade invisível; também os técnicos têm uma baixa participação em ações de pesquisa.

Um fato a ser observado pela instituição é que com um quadro predominantemente de mestres em estágio probatório, sem possibilidades de qualificação e sem cursos de pós-graduação stricto sensu disponíveis, os campi do interior ficam com extrema limitação para desenvolver pesquisas com financiamento público, o que exige da instituição uma política de fomento à pesquisa. O mesmo ocorre com os novos cursos e novos mestres contratados no campus de Maceió e até mesmo com os doutores.

Mesmo os doutores tendo acesso às bolsas de pesquisa, estes sofrem com a política de fomento adotada pela UFAL. Isto pode ser observado, por exemplo, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC. De acordo com o CNPq, Anexo III da RN-017/2006 - Bolsas por Quota no País, as bolsas são concedidas às instituições de pesquisa (portanto, a verba é do CNPq) e a universidade, para recebê-las, deve dispor de *uma política para iniciação científica*. Quando se observa o edital PIBIC E PIBIC AÇÕES AFIRMATIVAS 2012/2013 da UFAL, por exemplo, vê-se que a instituição não dispõe de recursos de fomento à pesquisa. “A PROPEP/UFAL não dispõe de fundo de auxílio à pesquisa, pelo que compete ao pesquisador demonstrar a disponibilidade dos recursos necessários à viabilização do projeto”.

A questão que se coloca é: se o CNPq fornece as bolsas, e a PROPEP não dispõe de verba para auxílio à pesquisa, isto significa que a UFAL exige que os pesquisadores trabalhem sem as mínimas condições para tal? Neste contexto, o conjunto dos professores da UFAL se divide entre os que trabalham em institutos que já têm as condições para a pesquisa, e os que não têm estas condições e não vislumbram possibilidades que estas venham se dar, frente à ausência de um conjunto de condições para que isto ocorra.

Outro elemento que vai rebater no desenvolvimento da atividade de pesquisa na UFAL é o perfil do quadro de professores. Os docentes e os técnicos com necessidade de qualificação,

carecem, para que possam afirmar a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e fortalecer cada vez mais a UFAL, de uma política institucional de formação continuada que considere estas especificidades. A UFAL vem negando este direito aos professores, que vêm se sacrificando para que tenham este direito assegurado.

Com o REUNI, a criação de novos cursos se deu sob a base da máxima exploração do trabalho do professor, o que se reflete no reduzidíssimo quadro de docentes e de técnicos para os cursos. Com a alta carga de trabalho (que não se resume a horas no ensino), não há como um colega assumir a carga horária do outro, o que tornaria seu trabalho inviabilizado pelo excesso de atividades. Disto decorre a inviável proposta de um sistema de “fila” dentro dos cursos, considerando que os primeiros a buscar a qualificação são os docentes mais antigos, o que significa que os recém-contratados só poderiam iniciar sua qualificação daqui a 20 anos.

Cabe ressaltar que estas são alternativas individuais para uma questão que deve ser vista do ponto de vista institucional, e que não conseguem ser postas em prática pela sua total inviabilidade. Também, com a carga horária extremamente elevada e sem a contratação de professores substitutos, os professores se veem desestimulados a continuar atuando na UFAL, pois não há nenhum incentivo para que estes venham a exercer suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Neste sentido, gozando de autonomia universitária, a exemplo de outras IES brasileiras, a UFAL deve assumir o compromisso de criar uma política de qualificação do servidor que considere as condições dadas e esteja centrada na ampliação do número de professores e de técnicos efetivos para suprir as necessidades pedagógicas e administrativas.

Em uma Instituição de Ensino Superior pública está colocada a responsabilidade pela produção de conhecimento científico com qualidade para atender às demandas sociais. No Brasil, 90% do conhecimento científico são produzidos nas IES públicas. Para que isto ocorra é fundamental prezar pela qualidade dos cursos de pós-graduação.

Na UFAL, os programas de pós-graduação sofrem com a falta de salas de aulas, salas de reuniões e orientação, bibliotecas mais qualificadas, laboratórios para desenvolvimento das pesquisas, técnicos e professores (o que se relaciona diretamente com o número de docentes por curso e sua carga horária de atividades de ensino-pesquisa-extensão). Há um acúmulo de orientação por professor: TCC's na graduação, dissertações e teses e monografias na pós-graduação; monitorias; extensão; estágio supervisionado nas licenciaturas; iniciação científica; PIBID, PIBIP-Ação, entre outros, sem que seja ampliado o quadro de professores, **nem as condições de infraestrutura para atender a estas demandas. Estes elementos são indispensáveis para a elevação da qualidade dos cursos, sua manutenção e para evitar o **descredenciamento pela** CAPES.**

Por outro lado, frente à política institucional de fomento à pesquisa, fica dificultada a abertura de novos cursos de pós-graduação stricto sensu na UFAL numa **instituição** sem política de formação continuada dos professores; sem política de ampliação do quadro de docentes para atender a graduação e a pós-graduação; sem atender minimamente às condições infraestruturais necessárias para a pesquisa. É necessário que a UFAL promova a melhoria e a criação destas condições, de forma a contemplar a sociedade com novos cursos de pós-graduação, o que significa, além da qualificação profissional, a ampliação das áreas e do número de pesquisas de alto nível e conseqüente ampliação do conhecimento a ser apresentado à comunidade científica em forma de atividades de extensão, textos, artigos, livros, exposições, obras artísticas, entre outras. Esta perspectiva de universidade assentada no tripé ensino-pesquisa-extensão exige que a instituição considere a ampliação do seu quadro docente efetivo, de forma que estes possam atuar com qualidade na graduação e pós-graduação, sem sobrecarregar-se, muitas vezes adoecendo ou abandonando o trabalho na universidade.

Os pré-requisitos engessados para a pesquisa, que desconsideram as especificidades históricas dos novos cursos, unidades, campi e pólos (infraestrutura precária, reduzido quadro docente e de técnicos administrativos), vêm tendo como conseqüência o abandono da universidade por parte de docentes, principalmente doutores, mas também de mestres. Este fenômeno vem se dando principalmente nos campi do interior (Arapiraca, Sertão **e suas unidades acadêmicas**), dada a ausência da visualização por parte dos docentes de apoio institucional para que as condições sejam alteradas para melhor. Do ponto de vista nacional, o Brasil vem incentivando, por meio de programas do CNPq, a manutenção de jovens pesquisadores nas universidades brasileiras, o que é um forte indicador que a UFAL necessita alterar a forma como vem lidando com a pesquisa e pós-graduação.

É necessário valorizar a produção acadêmica dos mestres no contexto da política de fomento à pesquisa, de forma que estes, muitas vezes muito produtivos do ponto de vista científico, tenham esta produção contemplada como requisito para sua participação em editais de pesquisa, especialmente os institucionais. Por outro lado, os doutores da UFAL vêm sendo desestimulados à participação em editais pela falta de condições e sobrecarga de trabalho assim como por terem de suprir individualmente as precariedades das condições de pesquisa. A maioria dos pesquisadores da UFAL tem que utilizar recursos pessoais para a compra de livros especializados, equipamentos básicos como computadores, impressoras e **scanner etc.** Além disso, esses docentes têm que dar conta de todas as demandas administrativas que envolvem a prática da pesquisa, utilizando um tempo que poderia ser destinado à produção de artigos científicos, de reuniões científicas interinstitucionais etc., colaborando com a elevação do padrão científico da UFAL.

No que se refere aos técnicos, estes têm seu quadro também excessivamente reduzido, muitas vezes a um ou dois técnicos por curso, sendo emblemático o caso de Arapiraca, que tem um técnico em assuntos educacionais para cada três cursos. Os técnicos concedem um apoio imprescindível para a operacionalização das pesquisas e para o gerenciamento de recursos, o que fortalece a instituição do ponto de vista da sua produção. Além disso, dado o reduzido número de técnicos, os docentes se veem impelidos a assumir as atividades próprias desta categoria, o que sobrecarrega o docente e rebaixa a qualidade do que está sendo produzido ou até mesmo inviabiliza a dedicação do docente à pesquisa, rompendo o princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade pública.

Quanto às condições para que os estudantes da graduação e pós-graduação permaneçam na universidade, torna-se necessário a definição de uma política de assistência estudantil que, para além da concessão de bolsas e de auxílios individuais, garanta condições de caráter coletivo e estrutural, tais como Restaurante Universitário para todos (discentes, docentes e técnicos) e ampliação da residência universitária, de forma a evitar que o recurso se dilua em bolsas e não sejam direcionados a um patrimônio que venha a atender à comunidade acadêmica por décadas. Estes fatores são extremamente importantes para o desenvolvimento institucional da pesquisa, pois garantem que o estudante poderá permanecer com condições de qualidade na universidade, não somente no horário de aula, mas também em outros turnos.

No que se refere aos estudantes da graduação, a política de assistência estudantil assumida institucionalmente dificulta e até inviabiliza a participação dos estudantes na pesquisa. O grande número de bolsas permanência vem fazendo com que os estudantes prefiram estas bolsas, que são asseguradas durante todo o curso, do que venham a participar de programas qualificados de pesquisa. É necessário que a UFAL transforme estas bolsas permanência em bolsas de ensino, de pesquisa e de extensão, na graduação e na pós-graduação, de forma a apoiar a pesquisa institucionalmente e de garantir a qualidade e a conclusão da formação dos estudantes na Universidade.

Outra questão é que a pesquisa na UFAL como um todo vem sofrendo com a ausência de condições mínimas para o funcionamento dos grupos e núcleos de pesquisa. Se este é um dos pilares da Universidade, têm que estar previstas as condições para que a pesquisa aconteça. São necessárias a implantação e a melhoria de laboratórios como, por exemplo, os que foram construídos com verbas do FINEP e estão sem os equipamentos internos; os que possuem equipamentos e não possuem espaço físico para sua instalação, e outros que não estão funcionando de forma alguma. É urgente a melhoria do sistema de internet que, frequentemente, fica fora do ar, além da baixa velocidade, que não acompanhou a contento a expansão da universidade. Esse quadro

se agrava nos campi do interior, que se veem muitas vezes sem energia elétrica, ocorrendo a quebra de equipamentos por sobrecarga elétrica, perda de material de pesquisa em processo, o que desestimula e inviabiliza a dinâmica de pesquisa na universidade.

Também dificulta os processos de pesquisa a ausência de salas de grupos e núcleos de pesquisa, onde os pesquisadores possam orientar os estudantes, reunir seus grupos, desenvolver as pesquisas, guardar e arquivar materiais, organizar fontes e experimentos. Sem espaço adequado e condições mínimas não há pesquisa. A responsabilidade pelas condições de pesquisa não pode ser individual, de cada grupo ou pesquisador, uma vez que, para que os docentes possam concorrer a verbas de pesquisa em agências de fomento, é exigida a contrapartida da universidade, o que remete exatamente a estas condições estruturais. A instituição tem que se responsabilizar e criar condições básicas que sejam dadas a todos, com o devido planejamento.

EXTENSÃO

- Redefinição da política institucional de fomento à extensão que seja equiparada entre as áreas, que contemple equitativamente todos os campi da UFAL (Maceió, Arapiraca e Sertão), que aperfeiçoe o desenvolvimento de projetos institucionais financiados por agências de fomento e que estimule a consideração dos problemas sociais mais urgentes e as comunidades mais necessitadas de Alagoas.
- Ampliação das bolsas e de recursos financeiros para a extensão.
- Garantia de condições mínimas de funcionamento de projetos e programas de extensão (espaço físico, computador, impressora, material, internet, por exemplo).
- Estímulo à organização de eventos institucionais, especialmente quanto à infraestrutura e financiamento.
- Estímulo à participação de docentes, técnicos e alunos em eventos, com recursos para deslocamento e **permanência**.
- Garantia de concessão de diárias e passagens para participação em eventos fora da universidade, com recursos das unidades, a partir de critérios **coletivamente estabelecidos**.

Justificativas para as demandas/problemas da extensão:

As atividades extensionistas da UFAL são, em sua grande maioria, desenvolvidas sem aporte financeiro, visto que os recursos são limitados e nem todas as ações são atendidas. Verifica-se a escassez de recursos materiais diversos (computadores, impressoras, **salas etc.**) que **dificulta** a organização de ações de extensão.

Considerando-se que a participação de docentes, de técnicos e de estudantes em eventos favorece e estimula a produção acadêmica de uma universidade, a manutenção de um programa de fomento é uma obrigação por parte da gestão. Contudo, verifica-se que os docentes, os técnicos e os estudantes, frequentemente, necessitam custear as despesas das ações de extensão, muito embora estejam representando a instituição e colaborando com a disseminação do conhecimento produzido.

GESTÃO

Infraestrutura:

- Reforma de espaços físicos sem condições de funcionamento digno; conclusão das obras em andamento e das previstas; construção de novas salas de aula e de laboratórios, especialmente nos campi do interior.
- Garantia de estrutura física e de materiais de higiene em todos os blocos e campi (água, sabão líquido, papel higiênico); garantia de que todos os banheiros permaneçam abertos e funcionando devidamente; eliminação das condições de insalubridade de todos os espaços.
- Garantia de condições de trabalho em sala de aula (iluminação, ventilação, energia, sinal de internet etc.).
- Garantia de condições de trabalho para docentes e técnicos e de estudo e permanência para os estudantes (equipamentos, materiais, telefonia, sistema de internet, bibliotecas, salas de estudantes, laboratórios etc.).
- Previsão de construções e de reformas para adaptações arquitetônicas e ergonômicas nos blocos, para a garantia de acessibilidade e de mobilidade de pessoas com deficiência.

Contratação e gestão de pessoal:

- Abertura de concurso público para contratação de pessoal (docentes e técnicos), buscando alcançar uma proporcionalidade entre demanda de trabalho e profissionais disponíveis que garanta o máximo de qualidade no desempenho das atividades institucionais.
- Extinção da contratação de professor temporário e contratação de professor substituto para os casos previstos em lei.
- Eliminação da concessão de bolsas permanência e contratação de técnicos por concurso público.
- Extinção de todas as formas de contratação no Hospital Universitário que não sejam originadas de concursos públicos.

- Garantia de uma política de qualificação de docentes e técnicos que preveja condições de afastamento total e parcial e formas de apoio financeiro (bolsas e custeio de passagens e de diárias), segundo critérios públicos e isonômicos.
- Garantia de autonomia para as unidades gerenciarem seus processos seletivos de forma descentralizada, considerando e respeitando as especificidades administrativas e acadêmicas.
- Resolução das problemáticas envolvendo o transporte de docentes e técnicos que atuam nos campi do interior, que vêm onerando os orçamentos pessoais e colocando em risco a vida desses servidores.

Assistência estudantil:

- Conclusão das obras de construção do restaurante universitário no campus de Maceió e construção de novos restaurantes universitários nos campi do interior, com garantia de atendimento universal aos estudantes.
- Reforma e ampliação de vagas da residência universitária do campus de Maceió e construção de novas residências nos campi do interior.
- Reformulação do programa de bolsas, com exclusividade para as bolsas de ensino, pesquisa e extensão, com a eliminação das bolsas permanência, que vêm promovendo a exploração de mão-de-obra para o trabalho em secretarias, coordenações, bibliotecas, e que são expressão de uma lógica assistencialista que secundariza a devida formação acadêmica do aluno.
- Interferência junto aos órgãos públicos responsáveis pelo transporte urbano, com vistas a garantir a oferta de ônibus em condições e em quantidade suficiente.

Segurança:

- Ampliação da segurança nos campi (espaços externos e internos), com discussão coletiva de ações, de modo a enfrentar os problemas nesse campo, como é o gravíssimo caso de Arapiraca, que **convive espacial e fisicamente** com um presídio, colocando em risco a vida da comunidade universitária e dos próprios detentos.

- Consideração de formas de segurança pessoal aos servidores e estudantes, para além da segurança patrimonial.
- Eliminação de condições infraestruturais que tornam as atividades insalubres e que colocam em risco a integridade física e psicológica da comunidade universitária.

Gestão democrática:

- Garantia irrestrita da autonomia universitária, valorizando as capacidades e as experiências participativas da comunidade académica.
- Redefinição do regimento e do estatuto da UFAL, considerando a nova realidade da organização da universidade com a criação dos novos campi, a necessidade de aperfeiçoamento de práticas e rotinas institucionais e a ampliação dos espaços de decisão coletiva.
- Garantia do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes como instituição de ensino, pesquisa e extensão, de carácter público e estatal, vinculado à UFAL, sob administração direta do Estado, com gestão transparente e democrática, atendendo exclusivamente ao SUS, sem possibilitar a dupla porta de entrada.
- Garantia da não entrega da gestão do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que quebra a autonomia universitária, acaba com o concurso público, aprofunda a precarização do trabalho e abre precedente para venda de serviços de saúde e de ensino.
- Instituição da prática da representatividade legitimamente instituída, garantindo a composição do Conselho Universitário exclusivamente por representantes eleitos pelos seus pares e a eleição para a direção do Hospital Universitário.
- Retirada imediata dos processos em andamento contra alunos da UFAL e término das práticas de criminalização do movimento estudantil que instauram processos judiciais contra estudantes que participam de ações políticas na universidade.

Financeiro:

- Criação de sistemática pública e transparente de discussão, definição e acompanhamento do orçamento e de sua execução, considerando as necessidades definidas como prioritárias pela comunidade académica.

- Garantia de transparência e de proporcionalidade na distribuição e uso dos recursos da UFAL.

Justificativas para as demandas/problemas da gestão:

A atual política para o ensino superior público federal, representada pelo REUNI, vem infringindo o preceito constitucional da autonomia universitária, quando condiciona o financiamento da universidade pública ao atendimento de condicionalidades impostas pelo governo federal. Torna-se uma necessidade imperiosa a retomada da defesa intransigente da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, garantida constitucionalmente (art. 207) e incorporada na LDB (art. 52, 53, 54, 55, 56), em ambos os casos, por força das lutas em prol da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade empenhada no Brasil nas últimas décadas.

A mais evidente afronta à autonomia universitária que está em curso é a pressão para que as universidades federais implantem a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que foi criada pela Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011. As inconsistências contidas nesta Lei são uma afronta aos dispositivos inscritos na Constituição Federal de 1988 e à legislação relativa à saúde e à educação públicas e ao Serviço Público, os quais são frutos de lutas históricas em torno dos direitos sociais e trabalhistas neste país. Inicialmente, cabe destacar que os Hospitais Universitários são estabelecimentos de ensino vinculados às universidades que oferecem serviços de saúde à população. Os hospitais-escola integram as estruturas das universidades federais, todas dotadas de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, além de serem regidas pelo princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

O repasse da gestão dos HUs para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), de personalidade jurídica de direito privado, constitui-se em um desrespeito material à autonomia universitária garantida no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, e à característica nata dos HUs de serem instituições vinculadas às Universidades. Na prática, a gerência da Empresa, com amplos poderes para firmar contratos, convênios, contratar pessoal, definir processos administrativos internos e definir metas de gestão, acabaria com a vinculação dos HUs às universidades.

Além disso, constitucionalmente, há a impossibilidade de exploração de atividade econômica por instituição oficial de ensino e de saúde pública. A EBSERH nega esse princípio constitucional e abre espaço para mercantilização dos serviços de saúde prestados pelos HUs.

A fragilização da autonomia universitária é um dos motivos dos diversos problemas aqui elencados.

A precariedade da estrutura física dos campi é um dos problemas mais graves a serem enfrentados pela administração central. A precariedade dos prédios não é privilégio das construções mais antigas, de modo que construções recém-inauguradas apresentam problemas seríssimos. A realização de reformas, a conclusão urgente de obras em andamento e a construção de novos espaços físicos são medidas inadiáveis.

Verifica-se também a escassez de recursos materiais de diferentes tipos para que docentes, técnicos e alunos consigam desempenhar suas atividades conforme o previsto.

Além dessa dimensão infraestrutural, a dimensão humana vem sofrendo uma série de problemas, restritivos do desempenho e do desenvolvimento de atividades pedagógicas e administrativas e comprometedores das condições de acesso e de permanência dos estudantes na universidade, como é o caso da contratação e gestão de pessoas, da assistência estudantil e da segurança. Os problemas nessas áreas, em muitos casos, têm sido tratados de forma emergencial, precária, improvisada e nem sempre na direção da afirmação do caráter público e gratuito que a universidade deve ter.

Ainda no campo da dimensão humana, entende-se a universidade como um espaço legítimo de exercício político e que, como tal, suscita contradições e conflitos de diversas ordens, que devem ser tratados politicamente, e não remetidos a instâncias jurídicas, criminais e/ou coercitivas. Como exemplo dessa questão, pode-se citar o processo em curso que criminaliza estudantes que participaram do movimento de ocupação da Reitoria em 2011, que deve ser imediatamente retirado.

Na base desse conjunto de situações, está a questão do orçamento da universidade, que deve ser ampliado em termos financeiros e redirecionado, em termos de prioridades a serem atendidas. Nesse ponto, como nos demais, faz-se necessário garantir a prática da gestão democrática, afirmando a representatividade dos pares como um princípio e a ampliação dos espaços de decisão democrática como um exercício constante.

CAMPUS ARAPIRACA

Reivindicação específica do Campus Arapiraca: desativação do prédio que fica dentro do campus da UFAL

De acordo com o relatório contido no Parecer CNE/CES nº 52, aprovado em 1º de março de 2007, que autoriza o funcionamento de campus fora de sede da Universidade Federal de Alagoas, o campus de Arapiraca:

[...] teve a sua criação e conseguinte implantação aprovadas pela Resolução do Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas nº 20/2005, de 1º de agosto de 2005, como primeira etapa do seu processo de interiorização [...].[...] cujas instalações físicas deverão aprontar-se até junho de 2006, para permitir o início de seu funcionamento acadêmico a partir de agosto do mesmo ano (Parecer CNE/CES nº 52/2007, p. 1).

Nesta resolução, no que diz respeito às condições de espaço físico e de infraestrutura para o funcionamento do Campus Arapiraca, há o seguinte:

Por se tratar de projeto onde convergem os interesses da UFAL e do poder municipal e de bases locais, o campus de Arapiraca recebeu importantes apoios: da bancada federal de Alagoas, dos políticos de base local, do próprio poder municipal e da comunidade em geral. Estes apoios resultaram na doação das instalações físicas da antiga Escola Técnica Agrícola, através de Lei Municipal nº 2.372/2004, de 29 de dezembro de 2004. Trata-se de uma ex-escola-fazenda, atualmente desativada, situada na comunidade de Sementeira, distante 6,5 Km do centro da cidade, mas servida por linha regular de transporte coletivo, rede elétrica, hidráulica e de telefone, e pavimentação asfáltica. O edifício, com 3.070 m² de área construída após reforma inicial, é implantado em terreno de 190.667,44 m² permitindo grande expansão. Em curto prazo estão sendo anexados mais 730 m², o que irá totalizar 3.800 m² construídos com colaboração da prefeitura municipal local. Apesar de encontrar-se deteriorado, sobretudo no que se refere às esquadrias, telhado, rede elétrica e equipamentos básicos, entre outros, preserva ainda a sua importante estrutura de alvenaria e rede hidro-sanitária. Os recursos para sua recuperação e adaptação constituem parte importante do presente projeto e será objeto do seu Plano de Trabalho, onde

constam valores da ordem de R\$ 1.597.200,89 (já concedidos). A Foto 1 apresenta a maquete eletrônica da referida recuperação e adaptação, sem a expansão a ser realizada em futuro próximo (Parecer CNE/CES nº 52/2007, p. 18).



É possível verificar que nenhuma menção é feita à existência do presídio Desembargador Luís de Oliveira Lima neste trecho, assim como em nenhum outro trecho do referido documento. O presídio, indicado na figura acima pela seta vermelha, situa-se dentro do terreno do Campus Arapiraca. O presídio já estava em funcionamento quando o Campus Arapiraca começou a funcionar, estando o mesmo circunscrito ao terreno do campus Arapiraca da UFAL.

Com isso, desde o início do seu funcionamento, o Campus Arapiraca da UFAL vem enfrentando o seguinte em termos de segurança:

ANO	Nº DE OCORRÊNCIAS	OCORRÊNCIAS	SEQUELAS NO <i>CAMPUS ARAPIRACA</i>
2006	1	FUGA	-
2007	1	REBELIÃO	-
2008	1	FUGA	-
2010	3	FUGAS	A sala da Direção Geral do <i>Campus</i> ,

			assim como o bloco de laboratórios, foram alvejados por projéteis.
2011	3	DISPAROS E FUGAS	Disparos de tiros em direção ao Campus Arapiraca, atingindo a sala de pranchetas utilizada pelos acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo. Uma tentativa de fuga (escavação de túnel) e duas fugas concretizadas ocorreram em um intervalo de aproximadamente 18h (dias 04/09/2011 e 05/09/2011); uma fuga ocorreu em 30/10/2011.
2012	1	FUGA	Através de um túnel fugiram 26 reeducandos.
	1	FUGA, DISPAROS E SEQUESTRO	Disparos de tiros em direção ao Campus Arapiraca, atingindo a sala de aula 28 (Bloco C); sequestro de motorista que faz o traslado de professores; fuga de 15 reeducandos, bem como disparos e tiros com pelo menos três pessoas atingidas (dois reeducandos e um cidadão que trafegava próximo ao Campus no momento da fuga).

Frente a esta sucessão de situações, a comunidade acadêmica do campus de Arapiraca decidiu paralisar suas atividades a partir do dia 3 de abril de 2012, até que o pleito de desativação do presídio fosse alcançado. Diversas tentativas para melhorar a segurança foram feitas por parte da comunidade universitária junto ao Ministério Público Estadual, presídio e autoridades competentes desde a primeira fuga, mas nada adiantou. Por isso a comunidade universitária chegou no seu limite, e paralisou as atividades. Muitas têm sido as negociações entre a UFAL, o Governo do Estado e os encaminhamentos frente ao poder judiciário, porém já se passaram mais de 70 dias sem aulas no Campus e os acordos emergenciais não foram cumpridos.

A UFAL, por meio da sua representação máxima na Reitoria, assumiu o compromisso de ajudar a resolver o problema. Mas é preciso que o problema não seja tomado apenas pelos que fazem o Campus Arapiraca, pois o

problema é de responsabilidade institucional. Neste sentido, buscamos maior empenho da UFAL junto ao MEC/Governo Federal na resolução da situação, uma vez que permitiu que se criasse um campus em uma área onde não havia segurança.

ANEXO 1: PAUTA LOCAL – CAMPUS ARAPIRACA

ANEXO 2: PAUTA LOCAL – UNIDADE DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

ANEXO 3: DOSSIÊ DOS PROBLEMAS VIVENCIADOS PELA UNIDADE ACADÊMICA DE SANTANA DO IPANEMA

ANEXO 4: PAUTA LOCAL DE REIVINDICAÇÕES – CAMPUS DO SERTÃO/SEDE DELMIRO GOUVEIA

ANEXO 5: DIFICULDADES COM AUXÍLIO-TRANSPORTE / RELATÓRIO FINAL

ANEXO 6: DOCUMENTO AO DIRETOR DO HU DO FÓRUM ALAGOANO EM DEFESA DO SUS E CONTRA A PRIVATIZAÇÃO